

A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RURAL: UM EXPERIÊNCIA SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES NO ÂMBITO DO PARFOR/UESPI EM NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS, PIAUÍ, BRASIL

**Kelly Rayanne Lima de Sousa¹ Geovane Alves da Silva²; Elisângela Alves P. Fortes³
Valdirene Pinheiro Dias Avendaño Reategui⁴**

¹Graduanda do Curso de Pedagogia do PARFOR/UESPI – Nossa Senhora dos Remédios, Piauí, Brasil. kellyrayanne@yahoo.com

²Graduando do Curso de Pedagogia do PARFOR/UESPI – Nossa Senhora dos Remédios, Piauí, Brasil. geosilva2696@gmail.com

³ Graduanda do Curso de Pedagogia do PARFOR/UESPI – Nossa Senhora dos Remédios, Piauí, Brasil. biahelenal005@gmail.com

⁴Graduada em Filosofia e Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em Orientação Educacional pela Universidade Cândido Mendes. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade de Ensino Superior do Piauí (FAESPI). Especialista em Desenvolvimento Humano e Políticas Educacionais pela Faculdade de Ensino Superior do Piauí (FAESPI). Mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Professora Formadora no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Teresina, Piauí, Brasil. diasvaldirene2014@gmail.com.

1. Introdução

A contemporaneidade impõe à educação o desafio de transcender os limites da sala de aula convencional, exigindo práticas que dialoguem com a crise socioambiental global de forma ética e política. No contexto brasileiro, especialmente nas regiões rurais do Nordeste, o desenvolvimento sustentável não se configura apenas como uma meta ecológica abstrata, mas como uma necessidade premente de sobrevivência, soberania alimentar e emancipação social. O presente trabalho discute o papel do pedagogo como agente de transformação em contextos não escolares, focando na mediação de saberes voltados à sustentabilidade na comunidade rural Matinha, no município de Nossa Senhora dos Remédios, Piauí, Brasil, desenvolvido no âmbito da disciplina de Prática Pedagógica Interdisciplinar V (PPI V) – Prática em Espaços Não Escolares, por graduandos do curso de Pedagogia do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). O problema central desta investigação reside em como a intervenção pedagógica, pautada na interdisciplinaridade, pode fomentar a consciência ambiental e a autonomia produtiva em comunidades rurais, alinhando as práticas locais aos debates globais propostos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

A sustentação teórica deste estudo organiza-se em torno de três eixos conceituais fundamentais que definem a *práxis* pedagógica no campo. No que tange à Pedagogia em Espaços Não Escolares, a atuação educativa é compreendida como um fenômeno que perpassa todas as instâncias da vida social, conforme defendido por Libâneo (2018), que caracteriza a pedagogia como a ciência do ensino em contextos diversos, e por Gohn (2019), que enfatiza o potencial da educação não formal na construção de novos movimentos sociais e na organização política das comunidades.

Relativamente ao Desenvolvimento Sustentável, o conceito é abordado sob a ótica da justiça social e do equilíbrio sistêmico, distanciando-se de visões puramente mercadológicas para se firmar como um imperativo ético. Para Jacobi e Sulaiman (2021), a sustentabilidade não deve ser compreendida como um estado estático, mas como um processo contínuo que exige práticas sociais reflexivas e uma governação participativa capazes de responder, com a urgência necessária, aos desafios impostos pela crise climática contemporânea. Esta perspectiva converge com o pensamento de Sachs (2008), que reforça a natureza obrigatoriamente multidimensional deste desenvolvimento. Para o autor, a sustentabilidade só se efetiva quando integra, de forma harmoniosa, as esferas social, econômica, ambiental, cultural e espacial, garantindo que a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais esteja intrinsecamente ligada à promoção da equidade e ao respeito pela autonomia das comunidades locais, especialmente em contextos rurais onde a relação com a terra é a base da subsistência.

Nesse cenário, a Educação Ambiental deixa de ser uma mera transmissão de conteúdos ecológicos para ser entendida como uma prática política e emancipatória de mediação cultural. Esta visão fundamenta-se na produção de Loureiro (2019), que propõe uma abordagem crítica e transformadora da realidade, capaz de desvelar as estruturas de poder e as desigualdades sociais que subjazem à degradação ambiental. Complementarmente, Tozoni-Reis (2020) destaca a relevância da dimensão histórica e política na interface entre o ser humano e a natureza, argumentando que a educação deve fomentar uma consciência crítica sobre como as sociedades produzem e reproduzem a sua existência no planeta. Assim, a intervenção do pedagogo em espaços não escolares transfigura-se numa ferramenta de resistência e "alfabetização ecológica", onde o conhecimento científico e o saber popular se fundem para criar estratégias de convivência sustentável e regenerativa com o ecossistema.

O objetivo geral consistiu em analisar as contribuições da atuação pedagógica interdisciplinar no fomento à sustentabilidade na Comunidade Matinha, localizada no município de Nossa Senhora dos Remédios, Piauí, Brasil, buscando diagnosticar percepções ambientais locais e implementar práticas de cultivo agroecológico para o fortalecimento da autonomia dos participantes.

2. Metodologia

A trajetória metodológica desta investigação constitui-se como um relato de experiência de natureza qualitativa e intervencionista, estruturado sob a égide da pesquisa-ação. O estudo foi desenvolvido no âmbito da disciplina de Prática Pedagógica Interdisciplinar V (PPI V) – Prática em Espaços Não Escolares, por graduandas do curso de Pedagogia do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). A motivação central para esta incursão emerge da necessidade de compreender o potencial transformador da pedagogia quando aplicada à realidade agrária, contexto em que o conhecimento técnico, por vezes, distancia-se das dimensões humanas e educativas fundamentais para a mudança de paradigma social e produtivo.

A relevância desta investigação reside na urgência de consolidar estratégias didático-pedagógicas que promovam o desenvolvimento rural sustentável não apenas como um indicador econômico, mas como um processo de conscientização coletiva. Nesse cenário, o

pedagogo em espaços não escolares atua como um articulador vital entre o conhecimento científico, as políticas públicas e a prática comunitária.

A intervenção contou com a participação direta de **12 agricultores locais**, cujos perfis refletem a realidade do campo brasileiro: sujeitos historicamente vinculados ao cultivo de subsistência — com destaque para as culturas de milho, feijão e mandioca, hortas — e detentores de um vasto saber empírico sobre a terra, embora muitas vezes vulneráveis à escassez de assistência técnica e ao uso de práticas tradicionais de degradação, como o manejo inadequado do solo e o uso de defensivos químicos. Este grupo, caracterizado pela resiliência e pela forte identidade comunitária, tornou-se o protagonista da ação educativa, evidenciando que a aprendizagem no campo perpassa a valorização da história de vida do trabalhador rural.

O percurso investigativo iniciou-se com um diagnóstico socioambiental rigoroso na referida comunidade, onde foram realizados diálogos sistemáticos para identificar os desafios ecológicos específicos da região, como o uso indiscriminado de agrotóxicos. Subsequentemente, o processo de mediação pedagógica foi estabelecido através de um esforço interdisciplinar que buscou romper com a fragmentação do conhecimento, integrando os saberes da pedagogia com as competências da agronomia. Para viabilizar as atividades, estabeleceu-se uma cooperação estratégica com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR), garantindo o suporte técnico necessário para as oficinas de campo e para a conscientização sobre o consumo responsável e a preservação de recursos naturais.

A culminância do projeto materializou-se na construção coletiva de uma horta comunitária e na preparação do solo por meio de técnicas de manejo orgânico, compostagem e controle natural de pragas. Todo o processo foi permeado por rodas de conversa que serviram como espaços de reflexão crítica, permitindo que a análise dos dados ocorresse de forma participativa. Verificou-se que o impacto da ação extrapolou os resultados produtivos, manifestando-se na transformação da percepção social dos envolvidos e no fortalecimento dos vínculos comunitários. Assim, a experiência consolidou um espaço de aprendizagem mútua que reafirmou o papel da educação não escolar como ferramenta de emancipação e qualidade de vida no campo.

3. Resultados e Discussão

A inserção do pedagogo no contexto rural da comunidade Matinha revelou-se um catalisador essencial para a valorização dos saberes locais, promovendo uma autêntica "ecologia de saberes". Ao mediar a construção da horta comunitária, os graduandos da pedagogia sob orientação da professora da disciplina, permitiu que a teoria acadêmica se fundisse à prática ancestral dos agricultores, transformando uma atividade técnica em um processo de conscientização política e social.

Essa intervenção encontra eco na dimensão ambiental defendida por Sachs (2008), que postula que o desenvolvimento sustentável deve respeitar a integridade dos ecossistemas enquanto promove a justiça social. Na prática, observou-se que a educação ambiental, quando conduzida em espaços não escolares, transcende a mera transmissão de informações para se tornar um mecanismo de mediação fundamental entre a urgência da crise ecológica e a necessidade de soberania local.

Durante a fase de diagnóstico socioambiental, a imersão pedagógica identificou um cenário de vulnerabilidade marcado pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. Esse momento inicial foi essencial para o que Silva e Santos (2022) definem como "alfabetização ecológica", processo pelo qual os sujeitos passam a se reconhecer como parte integrante do ecossistema.

Os relatos dos participantes, como os de P1 e P2, evidenciaram o início de uma transição de consciência ao perceberem que o veneno aplicado na plantação retornava aos seus próprios pratos, comprometendo a saúde da terra e da família. Assim, a proposta da horta orgânica não surgiu como uma imposição externa, mas como uma resposta necessária à percepção de que a sustentabilidade é um projeto coletivo e contínuo, capaz de garantir que as futuras gerações herdem um solo vivo.

A eficácia dessa intervenção também se deve à sólida articulação institucional estabelecida entre a equipe de Pedagogia e a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SMDR). Essa parceria materializa as teses de Libâneo (2018) sobre a atuação do pedagogo em espaços não escolares, exercendo a função de articulador intersetorial.

A ação pedagógica, foi uma espécie de uma "ponte" necessária, traduzindo o conhecimento técnico-agronômico para a linguagem e a *práxis* comunitária. Como apontado pelos moradores P2 e P4, a presença pedagógica foi o diferencial que permitiu a compreensão de orientações muitas vezes herméticas dos técnicos, transformando o "falar difícil" em aprendizado aplicado no dia a dia da roça. Essa integração entre universidade e governo local não apenas conferiu segurança técnica à transição para o cultivo orgânico, mas também promoveu o fortalecimento dos vínculos sociais e a valorização do produtor rural.

Por fim, a emancipação social consolidou-se por meio das rodas de conversa e da autogestão da horta, ações fundamentadas em Freire (1996) e na educação ambiental crítica de Loureiro (2019). O projeto evitou métodos verticais, privilegiando um diálogo horizontal onde a experiência dos agricultores foi validada como saber científico. A horta comunitária configurou-se, portanto, como um território de resistência e protagonismo, onde a cooperação superou o individualismo.

A transformação relatada pelos participantes — desde a capacidade de produzir a própria compostagem até a mudança no olhar sobre a natureza — reitera que a intervenção pedagógica é um pilar indispensável para o desenvolvimento rural. Em suma, a convergência entre a multidimensionalidade de Sachs, a articulação de Libâneo e a *práxis* freireana permitiu que a comunidade Matinha produzisse novos sentidos para sua existência, convertendo a percepção da crise em ação coletiva voltada à dignidade e ao equilíbrio ambiental.

Dessa forma, a discussão dos resultados demonstra que a intervenção atingiu seu objetivo pedagógico ao integrar as dimensões da sustentabilidade de Sachs com a *práxis* libertadora de Freire. A horta comunitária não se limitou a um canteiro de hortaliças, mas configurou-se como um território de resistência cultural e pedagógica, onde a autonomia e a consciência crítica foram cultivadas coletivamente, provando que o desenvolvimento rural sustentável é, antes de tudo, um ato educativo e político.

4. Conclusão

A análise da prática pedagógica interdisciplinar realizada na comunidade Matinha permite concluir que o pedagogo exerce um papel estratégico na articulação de processos de desenvolvimento sustentável em contextos não escolares. Sua atuação transcende os limites do ensino formal ao alcançar a gestão de projetos educativos que visam, simultaneamente, a melhoria da qualidade de vida e a proteção rigorosa dos recursos naturais. O projeto demonstrou que a educação ambiental, quando fundamentada no diálogo e na experiência prática, possui o poder de transformar vulnerabilidades socioeconômicas em potencialidades reais de desenvolvimento rural autônomo.

Dessa forma, a experiência consolidou-se como um território de resistência cultural e pedagógica, onde a autonomia e a consciência crítica foram cultivadas coletivamente, provando que o desenvolvimento rural sustentável é, antes de tudo, um ato educativo e político. Reafirma-se, portanto, a pedagogia como uma ciência social aplicada, indispensável para a mediação entre o conhecimento científico global e as necessidades urgentes das comunidades locais, contribuindo de forma decisiva para a preservação do planeta e para a garantia da dignidade humana no campo.

5. Palavras-chave: Pedagogia em Espaços Não Escolares, Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental, Sustentabilidade Rural, Interdisciplinaridade.

6. Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura político-social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

JACOBI, Pedro Roberto; SULAIMAN, Samia Nascimento. Educação ambiental e práticas sociais: crises e possibilidades. São Paulo: Annablume, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? 12. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SILVA, A. R.; SANTOS, M. J. Pedagogia rural e sustentabilidade: novos caminhos para a educação do campo. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 2, 2022.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Educação ambiental: natureza, história e política. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2020.

